

Um choque econômico

João Paulo de Almeida Magalhães

Volta-se a falar em choque econômico. Isso não é despropositado considerando-se que desde 1980 o país enfrenta um desenvolvimento estagnado e uma inflação de três dígitos. Em termos numéricos pode-se dizer que o desenvolvimento parou porque estamos poupando e investindo cerca de 17% do PIB, quando o mínimo necessário é 21%. A inflação se acha fora de controle, entre outras coisas, porque registramos déficit público de 6% do PIB, quando o máximo admissível é de 2%.

Infelizmente o choque de que se começa a falar refere-se apenas ao controle da inflação e, ainda assim, de forma incompleta pois se considera apenas o instrumento ortodoxo, consistente na eliminação do déficit público. A retomada do desenvolvimento foi completamente esquecida. É fácil demonstrar que, colocado nesses termos, qualquer novo choque estará irremediavelmente condenado ao fracasso.

Suponhamos que através de instrumentos ortodoxos o governo reduza o déficit a 2% do PIB, colocando a inflação sob controle (países como Estados Unidos, Japão, Alemanha e Inglaterra têm déficits desse nível com moeda estável). Quando isso ocorrer se tornarão insuportáveis as pressões para a retomada dos investimentos com objetivo de eliminar os graves pontos de estrangulamento que nos ameaçam. Para tanto, eles devem passar de 17% para 21% do PIB. Como não foram previstos recursos não inflacionários para realizá-los, o déficit voltará aos 6% anteriores com perda total dos ganhos obtidos de estabilidade monetária.

Vejamos então como seria um choque que atacasse ao mesmo tempo os dois problemas da estagnação e da inflação. Para elevar as poupanças aos níveis requeridos, a primeira medida consistiria em reduzir as remessas para o exterior, a título do serviço da dívida, dos 4% do PIB atuais para 2%. Diversos mecanismos, que têm como precondição a moratória, permitem chegar a esse resultado. Os 2% faltantes deveriam ser obtidos através da elevação da carga tributária. E os tributos a serem utilizados seriam os indiretos (IPI e ICM) dado que os diretos (Imposto de Renda) por serem progressivos tenderiam a atingir as poupanças, provocando, assim, mais uma transferência destas, dos particulares para o governo, do que um aumento do seu montante global.

A contenção da inflação seria obtida por uma estratégia ortodoxo-heterodoxa. A primeira medida, de tipo heterodoxo, tomaria a forma de uma política de rendimentos que permitisse eliminar o descompasso presente entre as remunerações reivindicadas pelos agentes econômicos (governo, empresas, assalariados) e o montante do PIB. O congelamento de preços seria evitado, sendo substituído por uma nova moeda ligada à OTN.

A medida de tipo ortodoxo consistiria em reduzir o déficit de

6% para 2% do PIB. Começar-se-ia por uma elevação suplementar dos impostos indiretos no montante de 1% do PIB. O objetivo seria substituir o "imposto inflacionário" cuja contribuição para a receita pública se supõe seja desse montante. No caso, não haveria sacrifício pois se substituiria um "imposto" por outro. O imposto de renda sobre receitas e ganhos de capital mais os impostos patrimoniais contribuiriam com outro 1%. Estar-se-ia, assim, suprimindo o privilégio atual de uma tributação da riqueza inferior a do trabalho. Os incentivos e subsídios ao setor privado, sobretudo os que beneficiam empresas, seriam reduzidos no montante de 1% do PIB. Estes totalizam hoje mais de 2% do PIB, não havendo, portanto, problema. Finalmente, se aplicaria um redutor à dívida interna capaz de proporcionar ao governo o 1% faltante do PIB. Objeta-se que com isso o governo não conseguiria colocar novos títulos no mercado. Isso, contudo, não seria problema, dado que as medidas aqui propostas teriam eliminado a necessidade, pelo governo, de dinheiro novo.

O programa sucintamente descrito acima eliminaria, a um só tempo, os problemas de estagnação e inflação. Para ser aceito deveriam, todavia, ser eliminados alguns erros e preconceitos tanto da direita quanto da esquerda. A direita erra ao afirmar que o capital externo é vital para o nosso desenvolvimento e que este não mais afluiria diante do descrédito provocado pela moratória. A verdade é que em todo período áureo do nosso desenvolvimento a contribuição da poupança externa nunca foi além de 10%, montante que poderia ser facilmente substituído por um esforço interno. Tampouco é verdade que a elevação do imposto de renda, acima proposta, destruiria o mercado de capitais, comprometendo o desenvolvimento. Esse tipo de tributação existe em todos os grandes países capitalistas. Além disso, as estatísticas provam que a maior parte dos capitais utilizados pelas empresas é formado internamente.

A esquerda, por sua vez, tem de renunciar à sua oposição sistemática à elevação de impostos indiretos. A perda da importância desses na estrutura tributária é, sem dúvida, normal e desejável. No Brasil, contudo, o processo caminhou com excessiva rapidez, reduzindo indevidamente a base tributária do país. Elevar as receitas tributárias nos montantes necessários, com base nos impostos diretos, poderá comprometer seriamente o setor moderno de nossa economia.

Em suma: no contexto brasileiro atual o tratamento de choque se tornou um imperativo para que a perda de uma década não se transforme na perda final do nosso desenvolvimento. Se, contudo, esse choque não for global, melhor será deixar as coisas como estão, até que apareça no país uma liderança capaz de enfrentar nossos problemas com coragem e determinação exigidas por sua gravidade.